



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANA PAULA DA CRUZ

**A INTEGRAÇÃO ENTRE CUIDAR E EDUCAR NAS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A
FORMAÇÃO DOCENTE**

Londrina
2012

ANA PAULA DA CRUZ

**A INTEGRAÇÃO ENTRE CUIDAR E EDUCAR NAS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A
FORMAÇÃO DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Pedagogia da Universidade Estadual de
Londrina.

Orientador: Profa. Glória Christina de Souza
Cardozo

Londrina
2012

ANA PAULA DA CRUZ

**A INTEGRAÇÃO ENTRE CUIDAR E EDUCAR NAS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A
FORMAÇÃO DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Pedagogia da Universidade Estadual de
Londrina.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Glória Christina de Souza Cardozo
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Jaqueline Delgado Paschoal
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Anilde Tombolato Tavares da Silva
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 11 de outubro de 2012.

Aos meus pais, Marlene e Benedito
pelo apoio desde o início.

Para Diego, a paciência e companhia.

Para Andreia, minha grande amiga, a
força.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por permitir que eu concluísse esta caminhada.

Aos meus pais, Benedito e Marlene; ao meu esposo Diego e a minha grande amiga Andreia, que tanto me apoiaram, me deram forças e incentivo neste processo de pesquisa.

À minha professora e orientadora Gloria, pela paciência com a minha pessoa.

CRUZ, Ana Paula da. **A integração entre cuidar e educar nas práticas pedagógicas na educação infantil e a formação docente.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

Este trabalho focaliza a Educação Infantil, as práticas pedagógicas nela inscritas e a formação docente para a atuação profissional neste nível da Educação. Apresenta-se um breve relato do histórico das instituições de educação infantil, sua expansão no decorrer dos anos, destacando as leis referentes ao desenvolvimento da Educação Infantil. Além disso, procede-se a análise da construção e desenvolvimento da concepção de infância. Com este aporte, discute-se a integração entre cuidar e educar nas práticas pedagógicas com crianças e a formação dos profissionais para atuação na Educação Infantil. O objetivo da pesquisa está relacionado com a discussão e a reflexão em torno a integração entre o cuidar e o educar nas práticas pedagógicas da Educação Infantil e ainda sobre a formação docente para a atuação neste nível que promova tal integração. Para tanto empregamos a abordagem qualitativa em pesquisa, contemplando a análise documental e a pesquisa bibliográfica. Os resultados alcançados por esse processo de pesquisa, possibilitaram um maior conhecimento a respeito do processo histórico de implantação e consolidação das instituições destinadas à Educação Infantil, além de contribuir para a melhor análise das práticas pedagógicas que devem ser empregadas neste nível visando a formação integral da criança e em respeito a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação infantil. Infância. Formação docente. Cuidar e Educar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL NA HISTÓRIA.....	10
2.1. AS RECENTES INICIATIVAS ESTATAIS DESTINADAS À POPULAÇÃO INFANTIL: LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
3. FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
4. INTEGRAÇÃO ENTRE CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	27
5. FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
RERERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

Do ponto de vista histórico, podemos afirmar que o cuidado e a educação da criança pequena estiveram exclusivamente sob a responsabilidade familiar por um longo período. No Brasil, especificamente, as instituições de educação infantil surgem no fim do século XIX, processo este intimamente relacionado com o processo de industrialização e urbanização do país em curso à época.

A história da educação infantil no Brasil é marcada por significativas mudanças no que se refere a sua função, pois o papel das instituições visava inicialmente apenas o cuidar, numa perspectiva que podemos compreender por assistencialista. Deste modo não havia uma preocupação na organização do processo educativo que se desenvolvia nestas instituições ao “cuidar” das crianças pequenas. Neste contexto, as instituições atendiam predominantemente as crianças pertencentes às camadas mais pauperizadas da sociedade, como alternativa para possibilitar que seus pais, mães e/ou responsáveis pudessem desenvolver atividades produtivas e de geração de renda, deixando as crianças em um ambiente protegido. Em contraposição, também é possível analisar a diferenciação no atendimento às crianças que pertenciam às camadas com maiores condições socioeconômicas, visto que, as instituições que se destinavam a seu atendimento, já apresentavam preocupação com a organização do trabalho educativo visando o desenvolvimento de seu processo de aprendizagem. Compreendemos que se localiza neste momento o início da preocupação com a formação profissional daqueles que irão atuar nestas instituições de modo a favorecer o processo de desenvolvimento infantil.

Esta pesquisa teve início devido a questionamentos, curiosidades e interesses sobre a integração entre as ações de cuidar e educar na Educação Infantil pela percepção, ainda que empírica, do caminho que as instituições e os profissionais da Educação Infantil ainda teriam de percorrer para garantir sua articulação. Além disso, colocavam-se questionamentos quanto as possibilidades de,

por meio da organização do trabalho pedagógico, promover esta integração nas práticas docentes.

Com esta perspectiva o nosso problema se relaciona com a discussão sobre a integração entre cuidados e educação no processo educativo infantil e a formação profissional da educação infantil direcionada a esta prática educativa. Para tanto, por meio da pesquisa de abordagem qualitativa utilizando como instrumentos a análise documental e o levantamento bibliográfico, buscamos discutir e apresentar a importância das ações de cuidar e educar na prática pedagógica de professores e professoras de educação infantil. Além disso, pretendemos refletir acerca do direito da criança a uma educação de qualidade, em que se promovam condições básicas para o seu desenvolvimento, considerando a importância da formação docente para atuação neste nível.

A pesquisa bibliográfica segundo Severino (2007, p.122), “É aquela que se realiza a partir do registro disponível, originados de pesquisas realizadas anteriormente, em documentos impressos, como artigos, teses, livros e etc.”. Neste tipo de pesquisa tem por objetivo maior trazer veracidade aos fatos elencados no trabalho, sistematizando e desenvolvendo, com base em materiais publicados por teóricos. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos textos que se tornam fontes do tema proposto a ser pesquisado.

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos, abordando questões históricas ao desenvolvimento do conceito de infância e da Educação Infantil; discussões sobre a Função Pedagógica da Educação Infantil e a busca da integração das ações de cuidados e educação dentro da proposta pedagógica, tratando por fim, da importância da formação docente para a Educação Infantil.

2. A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL NA HISTÓRIA

Podemos afirmar que os cuidados com a população infantojuvenil, sobretudo com as crianças, e sua institucionalização, compreendida como sua inserção em instituições com a finalidade de promover e potencializar seu processo de desenvolvimento está relacionado com a construção social do que compreendemos atualmente por infância. Conhecer e compreender este processo favorece, a nosso ver, a organização da prática pedagógica desenvolvida junto às crianças nas instituições escolares de educação infantil pelos profissionais da área educacional.

A concepção de infância sofreu significativas alterações ao longo da história até atingir a compreensão que adotamos atualmente. Durante muito tempo a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família, pois era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura.

O sentimento e a valorização atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como hoje são concebidos e difundidos. Se por séculos a criança foi compreendida como um adulto em miniatura, sem diferenciações e assim, sem a necessidade de tratamento diverso, quase invisível, atualmente ela é considerada em todas as suas especificidades, com identidade pessoal e histórica. Com isso a Educação Infantil, de uma perspectiva assistencialista, transforma-se em proposta pedagógica, procurando atender a criança de forma integral, respeitando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, como nos aponta a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, amparada na Doutrina da Proteção Integral da UNESCO.

Em seus estudos sobre a história social da criança e da família, Ariès chega a conclusão de que até por volta do século XVIII a arte medieval desconhecia a infância ou, segundo ele, não tentava representá-la. Existia então uma visão adultocêntrica, onde a criança-adulto, aquela que ao atingir determinada

idade se misturava aos adultos, sem a necessidade de cuidados diferenciados que se ocupassem em relação à sua formação enquanto um ser específico, havendo então a exposição a todo o tipo de experiências que compunham as práticas culturais à época. Neste momento haveria apenas um período onde a criança seria reconhecida de fato, no qual brincava e era paparicada, fase que Áries denominou de paparicação.

Até o século XVII podemos afirmar que os cuidados e a atenção destinados às crianças pela sociedade se diferenciavam sobremaneira das práticas atuais o que pode dar lugar ao entendimento de que não se atribuía atenção às mesmas. Devido às más condições sanitárias, a mortalidade infantil alcançava níveis altíssimos, o que implicava em uma prática de desapego com relação à criança, pois a qualquer momento ela poderia deixar de existir. Assim, a criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.

O intervalo temporal compreendido na infância não era bem definido e este termo era empregado indiscriminadamente, sendo utilizado inclusive, para se referir aos jovens de dezoito anos ou mais de idade. Dessa forma, a infância tinha longa duração e a criança acabava por assumir funções de responsabilidade, sendo muito cedo inserida na sociedade dos adultos sem distinguir-se deles. Destaca-se que até suas roupas eram cópias fiéis das de um adulto.

As grandes transformações sociais ocorridas no século XVII contribuíram decisivamente para a construção de um novo sentimento de infância, as reformas religiosas católicas e protestantes trouxeram um novo olhar sobre a criança e sua aprendizagem. Surge então uma preocupação com a formação moral da criança e a igreja se encarrega em direcionar esta aprendizagem, visando corrigir os desvios da criança, uma vez que se acreditava que ela era fruto do pecado e em função disso deveria ser guiada para o caminho do bem. Dessa percepção derivam os tipos de atendimento destinados às crianças, de caráter repressor e compensatório. Por um lado a criança era compreendida como um ser inocente que precisaria de cuidados, por outro como um ser originado por um ato pecaminoso.

No momento em que a criança começa a ser associada à idéia de inocência, de pureza, passa-se também a defender a necessidade de “protegê-la”. Não é mais possível deixar que permaneçam vivendo na

permissividade reinante. É preciso agir de forma a não ter o que corrigir na fase adulta (AZEVEDO; SILVA, 1999, p. 35).

Nesse momento, o sentimento de infância corresponde a duas atitudes contraditórias: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa, e a outra, que surge simultaneamente a primeira se contrapondo ela, ao perceber a criança como ser imperfeito e incompleto, que necessitará de moralização e da educação procedida pelo adulto.

Esses dois sentimentos são originados por uma nova postura da família em relação à criança, que passa em nossa avaliação, a assumir mais efetivamente sua função, começando a perceber a criança como um investimento futuro, que precisa ser preservado, e, portanto deve estar protegida de maus tratos físicos e morais.

Sem dúvidas, o surgimento das primeiras instituições destinadas ao atendimento de crianças está diretamente ligado às transformações na sociedade, na organização da família, no papel social feminino e em todas as repercussões destes movimentos sociais.

A história da Educação Infantil no Brasil acompanha as tendências mundiais, no entanto, traz características próprias, acentuada por forte assistencialismo e improvisado. Dentro da perspectiva assistencialista a sociedade incumbiu-se do cuidado com as crianças e então foram criadas as creches e instituições nas quais havia predominância dos cuidados com a criança, sua boa alimentação e higiene.

Enquanto as famílias abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar seus filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser em tempo integral; para filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, e ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto da família. Essa origem determinou a associação de creche/criança pobre e o caráter assistencial(ista) da creche (DIDONET, 2001, p. 12).

No início do século XX as creches surgem, entre outros elementos, como fruto dos movimentos operários e da preocupação “assistencialista” em relação às condições de vida das camadas mais pauperizadas.

A consolidação e a expansão da creche como instituição de cuidados à criança estão associadas também à transformação da família, de extensa para nuclear. Naquela, muitos podiam ocupar-se dos cuidados com a criança pequena: avó, tia, primos, irmão maiores. Nesta, ao sair para o trabalho, os pais têm que deixar sua filha ou filho recém-nascido ou ainda bebê sozinho. Mortalidade infantil elevada, desnutrição generalizada e acidentes domésticos passaram a chamar à atenção e despertar sentimentos de piedade e solidariedade de religiosos, empresários, educadores [...] (DIDONET, 2001, p.12).

As primeiras iniciativas que surgiram no Brasil, destinadas ao atendimento da criança possuíam caráter meramente assistencialista ou compensatório, como foi o caso dos Primeiros Jardins de Infância sob os cuidados de entidades privadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, criados entre 1875 e 1877. Os primeiros jardins de infância possuíam caráter privado, direcionados para crianças de classe alta, e desenvolviam uma programação pedagógica inspirada em Froebel.

Os estudos que atribuem aos jardins de infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a que assistência que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o jardim de infância foram uma delas assim como as creches e escolas maternas (KUHLMANN, 2001, p.26).

É possível compreender que as práticas desenvolvidas nas instituições destinadas ao atendimento infantil não possuíam caráter educativo, ou mais precisamente, não apresentavam intencionalidades educativas, posto que consideramos que existe educação nas relações sociais. Havia a preocupação em cuidar e promover a saúde da criança. Cria-se então uma expectativa do que seria creche e a pré-escola.

A esse respeito, Kramer¹ (1999, p. 01) afirma que

Creches e pré-escolas são modalidades de educação infantil. O trabalho realizado no seu interior tem caráter educativo e visa garantir assistência, alimentação, saúde e segurança com condições materiais e humanas que tragam benefícios sociais e culturais para as crianças. Hoje, apesar da ambigüidade dos nomes, entendemos como creche o espaço para crianças de 0 a 3 anos e pré-escola para crianças de 4 a 6 anos, de meio período ou horário integral, cuja responsabilidade é ou deveria ser assumida pela instância educacional pública. Creches e pré-escolas são instituições de educação infantil a que todas as crianças de 0 a 6 anos têm direito.

No Brasil, o atendimento em instituições públicas para as crianças com menos de seis anos de idade tem início no final do século XIX condicionado por fatores históricos e sociais. O atendimento até 1.900 existiu institucionalmente com a Casa dos Expostos, também conhecida como Roda, tratava-se de um lugar onde eram deixadas as crianças não desejadas por seus familiares, geralmente os pais.

Em 1.940, foi criado o Departamento Nacional da Criança no Ministério da Educação e Saúde. Em 1.950, chegam às creches os discursos pedagógicos e assim na década de 70, com a eclosão de movimentos sociais surge dentre outras, uma proposta de creche afirmativa para a criança, a família e a sociedade. Em 1.977, foi criado o Projeto Casulo, vinculado a Legião Brasileira de Assistência que atendia crianças de 0 a 6 anos de idade e tinha como objetivo proporcionar às mães tempo livre para poder ingressar no mercado de trabalho e assim contribuir na renda familiar. Até o ano de 1.980, aproximadamente, predominava a ideia de educação compensatória, pois estava compreendida como uma ação vinculada a programas de assistência social.

Em resumo, Kramer (2006) dividiu os períodos históricos de atendimento a criança da seguinte forma: do período 1.500 até 1.874 praticamente não houve preocupação com as crianças. Já no período de 1.874 a 1.899 aponta que foi a época conhecida como dos médicos-higienistas iniciativas voltadas às crianças e se dirigiam contra a alarmante mortalidade infantil. A partir da década de

¹ Cabe esclarecer que a partir da implantação do Ensino Fundamental de nove anos, a Educação Infantil passa a se destinar ao atendimento das crianças de 0 a 5 anos de idade, uma vez que as crianças de 6 anos passam a ser inseridas no primeiro ano do Ensino Fundamental.

30 a mesma autora salienta mudanças ocorridas na sociedade que atingem diretamente a educação e o cuidado de crianças brasileiras.

Pode-se dizer que esse percurso se segue entre momentos de desconhecimento sobre atendimento, preocupação com a saúde e em seguida se inicia um período de concepção educativa.

Conhecer e reconhecer o pano de fundo da história das instituições destinadas ao cuidado e à educação da população infantojuvenil, sobretudo as crianças, a nosso ver, favorece a compreensão das profundas mudanças pelas quais tem passado a sociedade mundial e brasileira.

Para que um patamar satisfatório de qualidade seja atingido, é fundamental que o poder público, nos níveis de administração atue em regime de colaboração recíproca. Para que não haja duplicidade e/ou ausência de ações, é necessário delimitar as fronteiras de atuação e as formas de articulação entre os vários níveis e órgãos responsáveis, em consonância com a legislação vigente (BRASIL, v.2. p.13).

É possível afirmar que o entendimento a respeito da infância, seu reconhecimento como etapa no processo de desenvolvimento humano e as implicações destas noções no cuidado destinado aos infantes repercute fortemente no papel da Educação Infantil, pois direciona todo o atendimento prestado à criança pequena. Assim, a Educação Infantil está evidentemente ligada ao conceito de infância, tendo a sua evolução marcada pelas transformações sociais que originaram um novo olhar sobre a criança.

2. 1. As recentes iniciativas estatais destinadas à população infantil: legislação e políticas públicas

Do ponto de vista legal, a educação e os cuidados com a criança até os seis anos de idade passa por um momento de reconhecimento por parte dos organismos internacionais, organizações da sociedade civil e pelo governo federal. O percurso da legislação para a Educação Infantil é longo e permeado de transformações.

No entanto a legislação que trata da infância, as Constituições Federais requerem também um longo percurso para definir o direito da criança a Educação Infantil.

Nos anos 80, com o processo de abertura política, houve pressão por parte das camadas populares para ampliação do acesso a escola. A educação da criança pequena passa a ser reivindicada como um dever do Estado, que até então não havia se comprometido legalmente com essa função.

Finalmente com a Constituição Federal de 1.988 acontecem mudanças realmente significativas em relação ao respeito às especificidades da infância. Devido à grande influência dos movimentos sociais, destacando dentre estes os feministas, a Constituição reconheceu a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e dever do Estado. Essa Constituição representa uma valiosa contribuição na garantia dos direitos da população infantojuvenil, fruto de um grande movimento de discussões e participação da sociedade.

A Carta Magna traz no seu artigo 7º, inciso XXV, a educação infantil enquanto direito constitucional dos trabalhadores rurais e urbanos, garantindo a assistência gratuita a seus filhos e dependentes desde o nascimento até os seis anos de idade em creches e pré-escolas. Assim, a Constituição Federal de 1.988 foi um marco decisivo na afirmação dos Direitos das crianças no Brasil.

Nos anos 90, nota-se maior busca pelo reconhecimento quanto ao conceito de infância e seus desdobramentos, procura-se compreender a criança

como ser sociohistórico percebendo que sua aprendizagem se dá pelas suas interações com seu entorno social. Há um fortalecimento da nova concepção de infância, garantindo em lei os direitos das criança e dos adolescentes enquanto cidadãos. Em 1.990 acontece a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que concretizou as conquistas dos direitos da criança reconhecidos pela Constituição de 1.988 em consonância com os movimentos internacionais.

O ECA teve como finalidade inserir as crianças no mundo dos direitos, mais especificamente no mundo dos direitos humanos. Desse modo, esta lei contribuiu com a construção de um novo olhar sob a criança – a visão de criança cidadã. A partir de seu aporte teórico, a Doutrina da Proteção Integral da UNESCO, a criança é considerada como sujeito de direitos, dado seu valor projetivo para a sociedade.

Acompanhando estes novos marcos regulatórios do trato com a população infantojuvenil, em 1.994, o Ministério da Educação e Desporto assume o papel fundamental de propor a formulação de uma Política Nacional de Educação Infantil. O Ministério da Educação também teve um papel fundamental entre 1.994 e 1.996 ao realizar debates e seminários com a participação de várias organizações sociais como objetivo de contribuir para a construção de uma nova concepção para a educação das crianças de 0 até 6 anos de idade. A Política Nacional de Educação Infantil sugere que uma proposta pedagógica coerente deve ser traduzida em ações pedagógicas.

Em 1.996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 incorpora a Educação Infantil como primeiro nível da educação básica, ampliando sua importância social ao integrá-la a formação comum indispensável para o exercício da cidadania.

[...] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional evidenciou a importância da Educação Infantil, que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. Dessa forma, o trabalho pedagógico com a criança de 0 a 6 anos adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional, qual seja: atender às especificidades do desenvolvimento das crianças

dessa faixa etária e contribuir para a construção e o exercício de sua cidadania (BRASIL, 2006, p.10).

Em 1998, é criado o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, um documento que procura direcionar o trabalho realizado com crianças de 0 a 6 anos de idade. Ele representa um avanço na busca por um alinhamento conceitual às práticas educativas desenvolvidas nas instituições de educação infantil, apresentando uma proposta que integraria cuidado e educação, o que atualmente avaliamos como um dos maiores desafios da Educação Infantil.

Embora o Referencial Curricular não possua valor legal, constituindo um conjunto de sugestões para instituições e profissionais da educação infantil nele estão contidas sugestões que podem servir de subsídios para a organização do trabalho pedagógico destes, sua leitura crítica pode ser um importante subsídio para o debate sobre o atendimento à criança na educação infantil.

Em 17 de dezembro de 1.998, o Conselho Nacional de Educação – CNE aprovou o parecer 022/08 implantando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. O documento do CNE deixa claro que as Diretrizes para Educação Infantil, além de embasar as propostas curriculares e os projetos pedagógicos, estabelecem paradigmas para a própria concepção destes programas de cuidado e educação.

Em 2001 o Plano Nacional de Educação, determina que a educação infantil esteja presente no planejamento da educação dos sistemas de ensino, não apenas como passo histórico, mas constitutivamente. As diretrizes, objetivos e as metas sobre educação infantil fixadas pelo PNE deixam clara a intenção de reforçar a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica.

A educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal. A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa (BRASIL, 2001).

No ano de 2.006, são lançados os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, este documento apresenta como objetivo estabelecer padrões de referências para o sistema educacional no que diz respeito à organização e funcionamento das instituições de educação infantil.

O documento ressalta que a interação que a criança estabelece com seus pares e os adultos não é uma interação genérica, trata-se de uma interação social como espaço de construção e desenvolvimento humano.

[...] Trata-se de interação social, um processo que se dá a partir e por meio de indivíduos com modos histórica e culturalmente determinados de agir, pensar e sentir, sendo inviável dissociar as dimensões cognitivas e afetivas dessas interações e os planos psíquicos e fisiológicos do desenvolvimento decorrente. Nessa perspectiva, a interação social torna-se o espaço de constituição e desenvolvimento da consciência do ser humano desde que nasce (BRASIL, 2006, p.14).

Este documento percebe a criança como sujeito social e histórico, produtora de cultura, que é influenciada pelo meio, mas que também o influencia.

O Ministério da Educação lança no mesmo ano de 2.006 o documento Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos de idade à Educação, pretendendo fornecer embasamento para um processo democrático de implementação das políticas públicas para as crianças de zero a seis de idade.

Este documento mostra que, atualmente, emerge uma nova percepção sobre as crianças reconhecendo-as como criadoras, capazes de estabelecer múltiplas relações, como sujeitos de direitos, seres sociohistóricos e produtoras de cultura.

Na construção dessa concepção, as novas descobertas sobre a criança, trazidas por estudos realizados nas universidades e nos centros de pesquisa do Brasil e de outros países, tiveram um papel fundamental. Essa visão contribuiu para que fosse definida, também, uma nova função para as ações desenvolvidas com as crianças, envolvendo dois aspectos indissociáveis: educar e cuidar. Tendo esta função, o trabalho pedagógico visa atender as necessidades determinadas pela especificidade da faixa etária, superando a visão adultocêntrica em que a criança é concebida apenas como um vir a ser e, portanto, necessita ser “preparada para” (BRASIL, 2006, p.8).

Apresentando-se como diretrizes da política nacional de educação infantil o presente documento afirma que a educação deve pautar-se pela indissociabilidade entre cuidados essenciais e educação, ou seja, o documento mostra à necessidade de uma proposta pedagógica que considere a criança em sua totalidade, além de observar suas especificidades, as diferenças entre as mesmas e sua forma individual de conhecer o mundo.

Assim, reconhecemos a existência de muitos avanços que devem ser conquistados pela área da Educação Infantil e pelos profissionais da educação que nela atuam, assim como pelos pesquisadores da área e da educação como um todo, para que de fato ela se consolide como um espaço de educação para a criança pequena. Todavia, pelo exposto, é necessário reconhecer que se trata de um processo já em curso que deve ser fortalecido e radicalizado nas políticas públicas.

3. FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O atendimento institucional à criança pequena, no Brasil e no mundo, apresenta ao longo da sua história concepções divergentes no que se refere a sua finalidade. Inicialmente as instituições voltadas ao atendimento à população infantil tinham como função atender exclusivamente as crianças de baixa renda. Constituindo-se em um equipamento só para pobres, significando atuar muitas vezes de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das crianças e de suas famílias. Nessa perspectiva o atendimento era entendido como um favor para os menos favorecidos, estigmatizando as camadas pauperizadas por meio de práticas excludentes.

Para Kuhlmann a dicotomia entre assistência e educação tem sido superada. Para ele, a distinção entre diferentes instituições não ocorre entre creche e pré-escola, mas situa-se na sua destinação social, pois algumas foram criadas como exclusivas para o atendimento às crianças em situação de vulnerabilidade, filhas das camadas mais pauperizadas, outras não.

O que diferencia as instituições não são as origens nem a ausência de propósitos educativos, mas o público e a faixa etária atendida. É a origem social e não institucional que inspirou objetivos educacionais diversos (KUHLMANN, 1999, p.54).

Ainda segundo Kuhlmann, no processo histórico de constituição das instituições pré-escolares voltadas para as camadas populares, o assistencialismo foi tomado como proposta educacional específica para esta população. Avançando nesta compreensão o autor ressalta que se tratou de uma proposta de educação que objetivou a submissão e não a libertação das crianças e suas famílias das classes populares.

O fato de essas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza, já representa uma

concepção educacional. A pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer atendimento como dádiva, como favores aos poucos selecionados para recebê-lo (KUHLMANN, 1999, p.54).

O que em determinado momento da história evidencia-se é que no processo histórico de criação das instituições de atendimento à criança pequena, que as funções de guarda, assistência e cuidado foram assumidas principalmente pelas creches que atendiam não apenas até os três anos de idade, mas até os seis anos.

No entanto, a partir dos anos 90, as funções educar e cuidar vêm sendo discutidas por diferentes autores, como atividades complementares e indissociáveis na Educação Infantil, tanto no ambiente da creche quanto no da pré-escola.

A LDB define como finalidade o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social nesta tarefa existe uma tridimensionalidade entre as responsabilidades da família, do Estado e da sociedade, demandando assim a integração escola-família-comunidade. Ainda de acordo com a lei, coloca-se a divisão entre creche e pré-escola, onde o atendimento infantil se dará em

- Creches ou entidades equivalentes para crianças de 0 a 3 anos.
- Pré-escolas para crianças de 4 a 6.

Kramer (1999, p. 01) a respeito da divisão entre creche e pré-escola afirma que

No Brasil, creche e pré-escola são diferenciadas ora pela idade das crianças – (creche atenderia crianças de 0 a 3 anos e a pré-escola de 4 a 6); ora pelo modo de funcionamento (a creche teria atuação em horário integral e a pré-escola meio período); ora pela instância administrativa a que se vincula (a creche se subordinaria às instituições médicas ou assistenciais, a pré-escola à educação). Hoje, no Brasil, diversas instituições se referem à creche ou pré-escola usando um ou outro critério, de modo que esta é uma denominação ainda pouco uniforme para os que atuam na área e

para a população geral. A partir de meados anos 80, os movimentos em defesa das populações infantis com vistas à Constituinte e à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vêm usando a expressão “educação da criança de 0 a 6 anos” ou “educação infantil” para designar o trabalho em creches e pré-escolas, expressões que se consolidaram em documentos oficiais.

Nesse sentido Didonet considera que

A solução encontrada pela LDB de marcar para a creche a faixa etária de 0 a 3 anos e para a pré-escola, a de 4 a 6, mantendo, para ambas, funções idênticas de cuidado e educação, é a melhor possível para superar a vetusta dicotomia entre cuidado na creche e educação na pré-escola. Se cada uma ficasse com uma função, ambas seriam incompletas e satisfariam apenas parcialmente às necessidades das crianças (DIDONET, 2001, p. 14).

A instituição de Educação Infantil, atualmente, responde a uma necessidade social e suas funções devem ser compreendidas como complementares às da família, sem ousar substituí-las. O que caracteriza a função atual da Educação Infantil é a verdadeira associação entre educação e cuidado.

Tanto a creche deve ser boa para cumprir as funções de cuidado e educação quanto à família deve possuir condições materiais, ambientais, afetivas e conhecimentos para atender as necessidades de seus filhos pequenos. A LDB montou a equação de forma correta: a educação infantil tem um papel complementar ao da família no cuidado e educação da criança. Nem substitutivo nem alternativo (DIDONET, 2001, p.17).

A caracterização da instituição de cuidado e educação adquire sentido quando segue a perspectiva de tomar a criança como ponto de partida para a formulação da proposta pedagógica. A expressão tem o objetivo de trazer à tona o núcleo do trabalho pedagógico consequente com a criança pequena. A ação de educá-la é integrada à ação de cuidá-la.

Assim, a instituição pode ser educacional e adotar práticas e cuidados que ocorrem no interior da família, sem precisar fazer uma divisão disciplinar que fragmenta a criança. A instituição pode ser educativa e compreender

que para uma criança pequena, o conhecimento da vida é algo que se experimenta sem divisões disciplinares, integralmente.

A Educação Infantil está aí para encher de sentido a vida da criança, para oferecer-lhe um ambiente de experiência, para a criança construir sua identidade e tornar-se o que realmente pode ser. O objetivo maior da Educação Infantil é propiciar o desenvolvimento integral da criança.

Às funções social e pedagógica agrega-se uma terceira: a formação da criança como cidadã. É sua *função política*. A criança é um cidadão desde que nasce e, como tal, tem direito a uma educação que a ajude a realizar-se socialmente como pessoa, para participar da vida social, econômica, política e cultural, da forma mais plena possível. Os primeiros anos de vida fornecem as experiências mais marcantes para o ser humano ao longo de sua vida. Compreensão das relações interindividuais, cooperação, solidariedade, autoafirmação, ter direitos e deveres, responsabilidade por suas decisões são valores que começam a se formar desde o nascimento, ou seja, o cidadão forma-se a partir do berço (DIDONET, s/d, p.95).

Os modelos de instituições de Educação Infantil que conhecemos atualmente se originaram na Europa no final do século XIX e se difundiram por todo o mundo. Segundo Rosemberg (2002), até o final dos anos de 1960 os países seguiam, basicamente, dois modelos institucionais: as creches, que atendiam crianças originárias de famílias pobres, e os jardins de infância (pré-escola) destinados às crianças pertencentes à famílias em condições socioeconômicas mais favoráveis.

A Proposta Pedagógica é a identidade de uma instituição educativa, é a proposta que deve retratar a instituição, é o retrato de seus educadores, das crianças e famílias que a frequentam. Enfim, a proposta pedagógica revela seu contexto, sua história, desejos, crenças, valores, concepções e, a partir disso, os princípios e diretrizes que mobilizam suas ações de educar e cuidar. Cumpre ressaltar que “o processo de constituição de identidades é dinâmico, a Proposta Pedagógica de uma instituição está sempre num movimento de construção e reconstrução” (BRASIL, 2006, p.20).

A proposta evidencia propósitos por meio da definição de objetivos e metas e, para concretizá-los, prevê formas de organização e gestão do trabalho de ações educativas que devem estar relacionadas ao regimento da instituição. É um documento de compromisso, levando em consideração que a sua elaboração prevê um envolvimento coletivo. Uma vez que trata de uma elaboração coletiva, o grupo que o elaborou deve se comprometer com as perspectivas teóricas e metodológicas nele definidas.

Enfim, essa tentativa consciente de organização do trabalho, que busca envolver toda a comunidade escolar, oportuniza a definição de uma identidade própria para a Educação Infantil, estabelecendo-se uma unidade de propósitos e a criação de referências que direcionarão sistematicamente a ação educativa.

Contudo, a instituição de educação infantil não pode deixar de considerar as normas procedentes do Poder Público, resultado de uma história de lutas e reivindicações de diferentes grupos da sociedade civil organizada. Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil constituem um documento indispensável no momento de elaboração da proposta pedagógica. Neste processo de elaboração também devem ser observadas as normativas contidas na Regulamentação da Educação Infantil, definida pelo Conselho de Educação do Sistema ao qual estão vinculadas. Mas, além de tudo, é preciso considerar que “uma proposta pedagógica é elaborada por alguém, para alguém, tendo em vista um determinado objetivo” (BRASIL, 2006, p.22).

É preciso, situar a concepção condutora da proposta, ou seja, os fundamentos teórico-metodológicos que a sustentam. Afim de, lembrar que toda proposta pedagógica de uma instituição educativa reflete uma visão de sociedade, educação, humanidade, criança e, mais especificamente a visão de Educação Infantil que precisa ser explicitada. Essas concepções possibilitarão levantar as finalidades e objetivos gerais do trabalho a ser desenvolvido na instituição de educação infantil.

A pluralidade de propostas pedagógicas é um fato que não se alterará, porque nasce da pluralidade de concepções sobre a criança e seu desenvolvimento e aprendizagem, da diversidade de contextos

sociais e econômicos e das diferentes situações de vida das crianças. Em decorrência, a política de educação infantil será plural, e as diretrizes da União serão flexíveis. O importante é que o mesmo objetivo central seja buscado por todas as políticas e por todas as propostas pedagógicas – o desenvolvimento integral e integrado da criança, na perspectiva do direito à educação desde o nascimento. Integral por envolver os aspectos físico, social, emocional e cognitivo. Integrado como parte do contexto de interações sociais e ambientais da criança, por intermédio da mediação dos adultos, entre eles o educador, e das outras crianças, constrói sua identidade, seus conhecimentos, seu comportamento, sua integração social. (DIDONET, s/d. p.96)

Sendo assim, a Educação Infantil deve levar em conta os aspectos do momento de desenvolvimento físico e psicológico das crianças, ou seja, a criança deve ser olhada em sua especificidade. A Educação Infantil tem por objetivo criar condições para o desenvolvimento integral da criança pequena. Para que isso ocorra faz-se necessário uma atuação que propicie desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, cognitiva e social. A Educação deve ser voltada para a criança desde as estruturas, os métodos, as políticas e principalmente a formação dos professores e professoras que passam a atuar neste nível, por meio das ações e conhecimentos da criança.

4. INTEGRAÇÃO DO CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil teve a princípio em seu desenvolvimento histórico o objetivo de oferecer assistência às crianças pequenas nas instituições infantis, em seguida, passou visar não somente a assistência, mas também proporcionar aprendizagem às crianças com idades de zero a seis anos.

As mudanças ocorridas na sociedade e na estrutura familiar contribuíram para o debate em torno à responsabilidade e competência quanto ao cuidado e a educação das crianças, avaliando-os como função do Estado ou da família.

Neste contexto de desenvolvimento da Educação Infantil, em 1988 a Constituição Federal, determinou que a educação infantil é direito das crianças desde seu nascimento. A partir deste período a educação infantil teve maior reconhecimento e foi oferecida educação em creches e pré-escolas, possibilitando seu desenvolvimento nos sistema de ensino. No ano de 1996, com a LDB, a educação infantil passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica.

Angotti (2006) defende a ideia de respeitar o desenvolvimento natural de ser criança enquanto, pessoa, ser social, ser cultural e ser histórico, estas concepções do que é ser criança, devem ser consideradas na elaboração da proposta pedagógica das instituições de educação infantil.

Na educação, a prática pedagógica envolve o ato de cuidar tanto o ato de educar. Neste sentido, Didonet (2003, p.9) afirma que

Não há um conteúdo “educativo” na creche desvinculado dos gestos de cuidar. Não há um “ensino”, seja um conhecimento ou um ou um habito, que utilize uma via diferente da atenção afetuosa, alegre, disponível e promotora da progressiva autonomia da criança. Os conteúdos educativos da proposta pedagógica, por sua vez, não são objetos abstratos de conhecimento, desvinculados de situações de vida, nem são elaborados pela criança pela via da transmissão oral, do ensino formal (DIDONET, 2003, p. 9).

Com a publicação da Constituição de 1988, regulamentada nas referências à educação pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, que reconheceu o atendimento às crianças em creches e pré-escolas entre os deveres do Estado para com a educação, ficou evidente a necessidade de superar tanto a perspectiva assistencial, voltada exclusivamente para os cuidados básicos, presente nas creches, quanto à visão preparatória que se imprimia às pré-escolas.

A educação infantil deve ser vista e entendida como formação de crianças de zero a seis anos, formação esta “[...] em que o cuidar possa oferecer condições para que o educar possa acontecer e o educar possa prover condições de cuidado” (ANGOTTI, 2006, p.25).

O ato de cuidar envolve todo um processo de aprendizagem, construção de habilidades pelas crianças e também uma relação entre os que cuidam e que são cuidados, pois, as crianças aprendem com as pessoas que convivem juntas em seu cotidiano. Rossetti-Ferreira (2003, p.10) ressalta: “[...] admirável capacidade humana essa de aprender com os outros da mesma espécie e de se adaptar aos mais variados ambientes e situações”.

Surge o desafio de explicitar a articulação entre as ações de educar e cuidar no cotidiano da instituição de Educação Infantil. Para tal, é preciso refletir a respeito da concepção sobre o cuidar e educar e problematizá-la no sentido de compreender suas implicações para a atividade educativa, em especial das crianças pequenas.

A partir da compreensão sobre a tarefa educativa apresentada pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) é possível reconhecer a presença do cuidado nesta atividade. O referido documento conceitua educar como o processo de

Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p.23).

Cuidar é parte integrante de todo o processo de desenvolvimento da criança, que se encontra em processo de constante formação pessoal, social e cultural. A educação infantil deve ser vista e entendida como formação de crianças de zero a seis anos, formação esta “em que o cuidar possa oferecer condições para que o educar possa acontecer e o educar possa prover condições de cuidado” (ANGOTTI, 2006, p.25).

O Referencial Curricular Nacional possui como base uma preocupação com o cuidar no que se refere à esfera educativa que vai além do cuidado com o corpo, nesse sentido salienta que

Contemplar o cuidado na esfera da instituição de educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante a educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica (BRASIL, 1998, p. 24).

Na educação infantil, o cuidado muitas vezes é visto exclusivamente na perspectiva da realização de atividades básicas que as crianças não realizam sozinhas e que se relacionam com as necessidades de proteção, nutrição e higiene. De fato, estas são atividades específicas de cuidado da educação infantil, no entanto, não são as únicas.

A compreensão do cuidar como atenção para com o outro constitui elemento essencial nas interações com a criança pequena, é a criação e presença de vínculo afetivo. A atitude de cuidado do professor implica ser solícito com as crianças, estar atento às suas necessidades. Diz respeito uma ética profissional; afinal, esta atitude contribuirá para educarmos as crianças para que também sejam sensíveis as necessidades e dificuldades dos outros (BRASIL, 2006, p.31).

Nesse sentido, quando existe atenção para as necessidades do outro, acolhimento e diálogo, pode-se considerar que está ocorrendo o cuidado. Portanto cuidado está relacionado à atitude das pessoas e é próprio aos

relacionamentos interpessoais, nos quais uma pessoa se ocupa de outra, preocupa-se, sente-se responsável por ela.

As ações relativas ao cuidar, são apresentadas de forma a proporcionar o desenvolvimento integral da criança, envolvendo todos os aspectos nele compreendidos afetivos, biológicos, sociais, etc. Assim, requer envolvimento e comprometimento do profissional com a criança em todos os seus aspectos e a compreensão sobre o que ela pensa e traz consigo a sua história, enfim, seus desejos.

Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo (BRASIL, 1998, p. 25).

A educação infantil precisa pensar a criança como um ser em desenvolvimento, ou seja, pensar a formação da criança como um ato inacabado, precisando sempre de novos estímulos, de novos recursos em busca de aprendizagem. A criança precisa sim de cuidados específicos e que as especificidades desse cuidado não tomem como base o assistencialismo e sim, uma concepção de cuidar e educar unidos em um objetivo comum.

Essa etapa da educação é um processo que deve priorizar o sujeito criança como ser em desenvolvimento e como cidadão de direitos com a perspectiva de cumprir deveres socialmente estabelecidos.

Assim entendemos que não há possibilidade de separação entre cuidar e educar, pois, estas práticas se fazem presentes em todos os momentos da educação infantil. Pois cuidar e educar implica ações e comportamentos que demandam conhecimentos, e principalmente dedicação do profissional que se propõe a contribuir para o desenvolvimento integral da criança.

Na educação infantil os cuidados específicos para com as crianças como banho, o controle esfíncteriano, o brincar, a alimentação e o descanso, que

fazem parte do cotidiano, podem ser utilizados como forma de favorecer o ensino e aprendizagem destas dentro do sistema educacional das instituições infantis.

5. FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Culminando as reflexões apresentadas neste trabalho acerca das práticas pedagógicas na educação infantil, ressaltando a importância da integração entre cuidado e educação neste nível e a formação docente para atuação nesta área, apresenta-se neste momento as discussões acerca das práticas pedagógicas docentes na educação infantil, a partir da perspectiva de vários autores, bem como a importância da formação inicial e continuada do profissional de educação infantil, enfatizando a relevância do investimento neste nível de ensino, para promover o desenvolvimento integral da criança.

Apesar da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases, considerarem a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, é possível afirmar que esta mesma importância não se estende aos processos de formação inicial dos profissionais da educação, ou seja, inicialmente a formação em nível superior dos profissionais da educação não irá valorizar as práticas vinculadas à educação infantil de forma similar à valorização daquelas destinadas ao Ensino Fundamental, sobretudo aos anos iniciais. Assim, a formação inicial adequada e de qualidade, na prática, não se consolida trazendo em questão a discussão e reflexão da formação inicial e continuada do profissional de educação infantil, considerando que seu papel está amplamente ligado a superação do binômio cuidar-educar, por isso sua atuação deve ser de um profissional crítico-reflexivo da sua própria prática pedagógica.

A partir da dicotomia entre cuidar e educar abre-se um painel complexo de discussão sobre a formação deste “novo profissional” que deve cuidar e educar das crianças pequenas, este ter uma formação competente na especificidade da sua tarefa. Como não poderia deixar de ser, o novo papel que vem sendo construído para a educação infantil, traz uma nova visão de criança e também uma nova concepção de profissional.

Assim, o profissional de educação infantil deve ser alguém qualificado para agir como mediador do desenvolvimento da criança, ser capaz de tomar a criança como ponto de partida, para seu desenvolvimento.

Quando se indica a necessidade de tomar a criança como ponto de partida, quer-se enfatizar a importância da formação do profissional que irá educar essa criança na instituição de educação infantil. Não é a criança que precisaria dominar conteúdos disciplinares, mas as pessoas que as educam (KUHLMANN, 2000, p.65).

Contudo, para essa educação, avalia-se que falta ao profissional a formação continuada, atualização de conhecimentos na área e momentos para reflexão da prática. A formação docente não pode ser vista apenas como um processo de acumulação de conhecimentos e conteúdos, mas sim como contínua reconstrução da identidade pessoal e profissional do professor, Nóvoa (apud MONTENEGRO, 2001, p.50) “um trabalho de flexibilidade crítica sobre práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal”.

Para trabalhar com crianças da educação infantil, o professor deve ter uma competência polivalente, o que significa ter que trabalhar com conteúdos diversos, que abrangem, desde cuidados essenciais, até conhecimentos específicos das diversas áreas do conhecimento. Tal atitude polivalente requer comprometimento com a prática educacional.

Neste contexto, o educador qualificado torna-se fundamental para o ato de cuidar e educar na educação infantil, uma vez que o

[...] caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla e profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve (BRASIL, 1998. p.41).

Assim, é essencial a presença de profissionais que possam fazer parte das instituições de educação infantil na condição de educadores e não apenas

como meros funcionários ou cuidadores. Por isso, é indispensável a este profissional a formação específica e que esteja devidamente qualificado para o exercício da sua função que encerra grande responsabilidade.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996, p.22).

A proposta de formação deve, portanto, levar os profissionais infantis a terem compromisso com a sua formação, faz-se necessário que estes profissionais tenham ou venham ter uma formação inicial sólida e consistente, acompanhada de adequada e permanente atualização em serviço.

A educação infantil exige de seus profissionais total comprometimento e competência para trabalhar com as crianças de zero a seis anos, pois este será norteado por um caráter educacional promovendo o desenvolvimento integral da mesma em suas diferentes especificidades.

Algo interessante a ressaltar é que anteriormente LDB 9.394/96, não se exigia dos profissionais o preparo adequado referente ao atendimento quanto ao cuidado e a educação da criança em período integral. Somente após a promulgação que a formação específica do profissional passou a ter destaque especial no campo educacional.

O documento Política Nacional de Educação Infantil descreve a formação prévia como um evento chave para melhor atender a criança pequena. A formação docente deve ser vista com uma contínua construção de identidade pessoal e profissional do professor, de modo que esse processo se ligue aos contextos e sociais, sendo assim, interligados ao conjunto de valores, saberes e atitudes nas próprias vivências e experiências do professor enquanto ao seu fazer educativo.

A formação prévia adequada é imprescindível à competência profissional daqueles que atuam na educação infantil, contudo a formação continuada é essencial para o seu crescimento constante como profissionais como cidadãos e com pessoas. Assim, a formação continuada constitui um dos aspectos fundamentais da valorização dos profissionais da educação.

A formação do profissional de educação infantil não se resume ao processo de uma graduação. Deve-se levar em conta que a realidade da educação exige um profissional capaz de estimular a construção e apropriação de conhecimentos.

A definição pela profissionalização dos educadores infantis deve considerar o fundamental da natureza da criança que é a ludicidade, entendida na sua perspectiva de liberdade, prazer e do brincar enquanto condição básica para promover o desenvolvimento infantil.

A profissionalidade dos educadores infantis deverá ser fundamentada na efetivação de um cuidar que promova educação que não deixe de cuidar da criança, de atendê-la em suas necessidades e exigências essenciais desde a sua tenra idade em atividades, espaços e tempos de ludicidade (ANGOTTI, 2008, p.19).

O profissional de educação infantil precisa ser compromissado com o trabalho socioeducacional e se preparar para refletir criticamente sobre a realidade que o cerca, é preciso que se amplie a reflexão a respeito das competências fundamentais ao profissional, tanto no âmbito da formação inicial, quanto na formação continuada com qualidade, deve também orientar e responder as demandas do novo perfil profissional.

Com base nesta compreensão, coloca-se a todos que se preocupam com a educação da criança pequena, o desafio de superar a concepção de instituições infantis de caráter assistencialista em prol de uma instituição de cunho educativo. Em nossa percepção isso só será possível mediante uma política de formação que considere o educador como sujeito histórico, social capaz de construir novos conhecimentos e de refletir sobre a sua prática e que focalize além das ações

de formação inicial em nível superior, significativas práticas de formação continuada, troca de experiências e incentive o desenvolvimento de pesquisas.

Todavia, reitera-se que a formação inicial e continuada deste profissional da educação que atua promovendo o desenvolvimento integral das crianças, não deve ser concebida como questão de iniciativa e comprometimento pessoal, é necessário que o Estado, por meio da construção e implantação de políticas públicas de formação e valorização dos profissionais da educação garanta a existência destas práticas que contemplem o conjunto dos profissionais. A nosso ver este é dos grandes desafios para a consolidação da educação infantil hoje compreendida como movimento inicial do processo de escolarização básica e para o incremento de sua qualidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao procurar concluir este trabalho o primeiro movimento que a nós se apresentou foi a retomada da elaboração do projeto de pesquisa. Este processo esteve permeado de significativas dificuldades, sobretudo quanto à delimitação do problema e a opção por uma área temática para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

No processo de pesquisa, já com a temática definida, a afinidade com os estudos e discussões relacionados à educação infantil foi progressivamente sendo construída, passando a compor o cotidiano das reflexões nesta etapa conclusiva do processo de formação docente no Ensino Superior. Além disso, percebo que o ingresso nas práticas profissionais neste nível também contribuiu para maior vinculação à área.

A pesquisa realizada possibilitou maior aprofundamento sobre a Educação Infantil, seu processo histórico, a integração das práticas de cuidar e educar e a sobre a formação do profissional que atua nesta área da educação básica. A partir de sua elaboração, reitera-se a Educação Infantil como etapa de fundamental importância no processo educativo da criança e em sua formação integral visto que a aprendizagem se iniciará com o início da vida.

Analisando brevemente o histórico da educação infantil, principalmente a partir da metade do século XIX, em que as instituições eram destinadas ao atendimento de crianças pertencentes às camadas mais pauperizadas da sociedade, a partir de um enfoque assistencialista no qual as mesmas apenas deveriam estar salvaguardadas durante o período da jornada de trabalho dos pais ou responsáveis, é possível observar alterações importantes nesta área. A nosso ver estas alterações podem ser caracterizadas como avanço no que se refere tanto ao reconhecimento da infância e de suas especificidades quanto ao caráter educativo que progressivamente vem sendo impresso às ações destinadas à criança nas instituições de educação infantil.

Neste bojo, salienta-se que a Constituição de 1988 e as políticas públicas destinadas ao atendimento da população infantojuvenil, sobretudo às crianças, dentre as quais localizamos as políticas educativas, como a Lei 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a LDBEN 9.394/96 e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, dentre outras normativas, podem ser compreendidas como parte de um movimento de consolidação das práticas educativas direcionadas às crianças, como que culminando o processo de construção do entendimento atual de infância.

Separadas em alguns momentos do histórico de atendimento direcionado às crianças em instituições, as práticas de cuidar e educar gozam atualmente de similar valorização na formulação das propostas pedagógicas e na atuação dos profissionais da educação. Ressaltamos que a integração destas práticas que ocorrem simultaneamente nas práticas pedagógicas características da educação infantil, não havendo assim, possibilidade de sua apartação. Espera-se que a trajetória percorrida na exposição contribua para o fortalecimento desta percepção pelos profissionais da educação e pelas instituições de educação infantil.

Nesta perspectiva, enfatiza-se que a formação de profissionais para a educação infantil deve ser pautada na importância da superação da dicotomia entre cuidar e educar nas práticas pedagógicas da educação infantil e ainda nas diferenciações nas práticas direcionadas às crianças em função de sua posição socioeconômica que marcaram este atendimento em outros momentos históricos como apontado.

Conclui-se o trabalho ressaltando a afirmação de que na Educação Infantil é necessário que os profissionais tenham conhecimentos dos conteúdos referentes a essa etapa e compreendam que as dimensões de cuidar e educar são indispensáveis na educação de crianças pequenas, o que deve ser acompanhado pela formação destes profissionais para que saibam como exercer a integração destes aspectos em seu fazer educativo.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela. (org.). **Educação Infantil: para que, para quem e por quê.** Campinas: Alínea, 2006. p. 15-31.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ASSIS, Muriane Sirlene Silva de. Práticas de cuidado e de educação na instituição de educação infantil: o olhar das professoras. In: ANGOTTI, Maristela (org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006. p. 87-104.

AZEVEDO, Heloísa Helena; SILVA, Lúcia Isabel da C. A concepção de infância e o significado da educação infantil. **Espaços da Escola.** UNIJUÍ, n. 34, p. 33-40, out/dez, 1999.

BATISTA, Cleide Vitor Mussini; ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. Subsídios a uma proposta político-pedagógica e organização curricular na pré-escola. In: ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan (org.). **Educação Infantil: subsídios teóricos e práticas investigativas.** Londrina: CDI, 2005. p. 71-83.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União,** Brasília, 23 dez. 1996. p. 22.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília. 6ed. 2009.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília, MEC/CNE/CEB, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. **Referencial curricular para a educação infantil.** v. 1-3, Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 23-41.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política nacional de educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 2006.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal nº 10.172, de 9/01/2001. COSTA, Fátima Neves do Amaral. O cuidar e educar na educação infantil. In:

ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006. p. 65-85.

DIDONET, Vital. **Educação Infantil**. Brasília: Humanidades, v. 43, [s/d]. p. 93.

_____. Não há educação sem cuidado. **Revista Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre, ano 1 n. 1. Abr/jul. 2003. p. 8.

_____. **Creche**: a que veio... para onde vai. Em Aberto, Brasília, v. 18, n. 73, p. 11-27, jul. 2001.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 2001, p.19.

_____. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil**: educação infantil e/é fundamental. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818, out. 2006.

_____. **Criança e legislação**: a educação de 0 a 6 anos. Em Aberto, Brasília, a.7, n.38, abr/jun. 1998.

_____. Papel social da educação infantil. **Revista Textos do Brasil**. Ministério das Relações Exteriores. Brasília. 1999.

KUHLMANN JUNIOR, Moisés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MACHADO, Maria Lúcia de A (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTENEGRO, Thereza. **O cuidado e a formação moral na educação infantil**. São Paulo: EDUC, 2001.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educar e cuidar como funções da educação infantil no Brasil**: perspectiva histórica. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade de Campinas, 1999. p. 23.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. **A necessária associação entre cuidar e educar**. *Revista Pátio Educação Infantil*, Porto Alegre, a. 1, n.1, abr/jul. 2003. p. 11.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ZABALZA, Miguel A. **Cuidado versus educação**: O dilema institucional das escolas infantis. *Revista Pátio Educação Infantil*, Porto Alegre, a.1, n.1, abr/jul. 2003. p. 13-15.